RICARDO J. RODRIGUES, RITA PENEDOS, SUSANA LIMA
(COORDENAÇÃO)

África Eterna

ANDRÉ SEBASTIÃO
CRISTINA SILVEIRA
HELENA VIEGAS
NELSON JERÓNIMO
RICARDO J. RODRIGUES
RICARDO MIGUEL VIEIRA
RITA PENEDOS DUARTE
RUI PEDRO TENDINHA
SARA ALVES
SUSANA LIMA
SUSANA TORRÃO
TIAGO CARDOSO

OFICINA DO LIVRO

FERNANDO PADRÃO
SILVA PORTO, ANGOLA (1926-1975)

A história da minha vida

Nasceu no Bié, antiga Silva Porto, mas andou por todo o lado. Esteve no mato, onde para comer precisava de caçar, e na cidade, com todos os seus confortos. «Esta é a história da minha vida», conta Fernando Padrão, sempre apaixonado pela sua terra natal.

«Estive em sítios em Angola onde só estava eu e a bandeira nacional hasteada no mastro. Se queria carne, tinha de matar, e o peixe era pescado no rio», assim começa a história de Fernando Padrão, não necessariamente pelo princípio. «No Posto de Capaia, a pessoa mais próxima encontrava-se a 300 quilómetros. Se eu morresse, ninguém dava por nada.» O local era uma reserva da Diamang (Companhia de Diamantes de Angola), na Lunda Norte, onde, um dia, recebeu a visita do governador Agapito da Silva Carvalho.

«O administrador do concelho mandou um estafeta a avisar da visita, pedindo que lhe dissesse se me faltava alguma coisa para dar um almoço condigno ao governador. Eu disse que tinha tudo, mas não tinha nada. Disse de propósito. Eu já o conhecia, fora colega das filhas dele, e queria sair dali a qualquer custo.» O governador chegou de carro com a comitiva e, à sua espera, havia uma mesa posta apenas com quatro pratos, apesar de serem substancialmente mais os convidados esperados para almoçar. «Era só o que eu tinha comigo», recorda Fernando Padrão.

Antes de continuar o relato, é necessário lembrar que a sua grande companhia naquele lugar era o macaco-cão do antecessor. «São macacos que se afeiçoam de tal forma às pessoas, que fazem lembrar os cães, e foi a primeira coisa que vi na primeira manhã

que passei no posto. Chamava-se *Capaia* e acompanhava-me para todo o lado.» Introduzida a personagem principal, a história continua. «Nesse dia da visita, eu tinha apenas uma garrafa de *whisky* para receber o governador. Quando fui buscar a garrafa, o macaco pegou nela e fugiu pela janela, para cima de uma árvore. Tentámos apanhá-lo, mas saltou para outra. A certa altura estávamos todos, governador incluído, atrás da garrafa de *whisky*. Nós bem chamávamos o macaco, mas nada. De repente, sem qualquer aviso, o *Capaia* largou a garrafa do cimo da árvore e esta espalhou-se em mil bocados pelo chão. Virei-me para o governador-geral e disse: "Já não há *whisky*".» Mas nem tudo estava perdido, o almoço de bacalhau com batatas e couve apanhadas na horta foi bem acompanhado por algumas garrafas de vinho, mantidas longe do *Capaia*. «O único problema é que tivemos de esperar que os outros acabassem para nós comermos.»

O administrador que acompanhara a visita não se mostrava nada satisfeito com Fernando, mas o governador despediu-se com um abraço daquele seu conterrâneo e, quando chegou a Luanda, mandou um telegrama a transferi-lo, «segundo o Decreto 24-800 (um decreto de transferência com efeitos imediatos) para o Cuíma, no Huambo, o melhor posto de Angola».

São histórias como esta que levam a que, ao fim de mais de 50 anos, Fernando Padrão faça um balanço positivo: «A vida não me correu mal.» Nasceu em Angola, na antiga Silva Porto, hoje Bié. Os pais, naturais da longínqua Chaves, quando esta ainda não era

cidade, vieram trabalhar para a colónia em busca de outras aventuras. «Estudei em Catabola, também no Bié, e depois no Liceu Diogo Cão, em Sá da Bandeira [actual Lubango].» Os estudos continuariam na Metrópole em 1945, em Medicina Veterinária. Mas, entretanto, o pai morreu e, ao fim de dois anos, teve de interrompê-los para ajudar a mãe. Só mais tarde teria hipótese de fazer o curso do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, em Lisboa.

Ao longo da sua carreira, foi colocado em sítios fantásticos, como Cuíma, mas também em locais com péssimas condições, como o Buroca. «Tinha um posto sanitário, a residência do administrador, a do secretário e uma para os dois aspirantes. Existia apenas um comerciante e em frente à casa havia um monte que travava o horizonte. Foi o pior sítio onde estive.» Mas andou também por Moçâmedes, Pereira d'Eça (hoje, Ondjiva, no Sul de Angola), na Jamba, na província da Huíla, entre outros. Fez um autêntico périplo pelo território que só terminou em 1974.

Nessa altura foi nomeado director de serviços no Ministério do Ultramar e colocado em Sá da Bandeira. «Conseguimos que os funcionários do gabinete viessem para Portugal, pois garantimos que as chefias ficariam até ser humanamente possível.» Com a família na Metrópole, alojou-se no Grande Hotel da Vila, tentando arranjar forma de sair, mas sem transportes à vista. «De repente, entrou um grupo de aviadores que me disse que ia para Luanda depois do almoço. Pedi-lhes boleia.» Dali veio para Lisboa ter com a família e já não voltou. Em Portugal, foi chefe de gabinete do

ministro da Agricultura nos anos de 1977-78, administrador de uma empresa têxtil e trabalhou na Expo'98. «Depois disso fui para a reforma e acabou a minha guerra.»

Porém, não terminou a relação com a sua terra. «Já estava reformado quando fui contactado por um governador em Angola. Queria agradecer-me. Em 1961, tínhamos recebido instruções para alfabetizar o maior número de indígenas e, a par da construção de escolas, pedimos a rapazes entre os 16 e 17 anos que tinham a quarta classe para ensinarem as primeiras letras a quem nada sabia. Entre eles estava esse rapaz que nomeei professor», conta Fernando Padrão. «Ele disse-me que, por ter sido professor, tivera hipótese de subir na vida, chegando a governador. Pedia-me, então, que organizasse uma equipa para modernizar todo o Sul de Angola. Mas nunca passou do papel», lamenta. O projecto foi feito, a equipa organizada, mas as boas intenções não passaram disso mesmo. «E pronto, esta é a história da minha vida», remata. No entanto, ficamos com a certeza de que muito mais há para contar.

MARIA AUGUSTA FARIA PALMA
BISSAU, GUINÉ; SÁ DA BANDEIRA, LUANDA, ANGOLA (1949-1978)

Reviver o passado em Angola

Aos 18 anos, iniciou a vida de casada em Bissau. Não conhecia nada nem ninguém, mas fez amigos para a vida. A profissão do marido levou-a a seguir a construção de barragens, de portos e das linhas do caminho-de-ferro. Vive há 30 anos em Portugal, mas ainda traz Angola no coração.

«Casei a 12 de Setembro de 1949 e fui logo para Bissau, onde o meu marido, Bento Palma, estava a trabalhar. Fiz a viagem já grávida, mas não sabia. Pensava que os enjoos que sentia eram devidos ao balanço do barco», conta Maria Augusta Faria Palma. «Foram 12 dias, em que conheci muita gente.» Mais tarde, fez outras viagens de barco, entre a Metrópole e Angola, e todas tinham algo de semelhante. «Eram engraçadas. A meio do caminho, quando se passava o equador, havia uma espécie de feira, com farturas e sardinhas. Conhecíamos muita gente e trocávamos as direcções. Depois nos primeiros anos mandávamos muitos postais de boas-festas para todos.»

Maria Augusta nasceu em Beja em 1931. Estudou, como a maioria do seu tempo, até à quarta classe e depois aprendeu costura. Mas o destino não quis que ficasse por terras alentejanas. «Conheci o meu marido, que era de Serpa, através de uns primos que viviam em Lisboa, mas que nos visitavam com frequência.» A convivência aproximou-os. «Ele apaixonou-se e eu também.» Casou-se com 18 anos. Ele tinha 26.

A primeira paragem do casal foi em Bissau. O marido esteve três anos a trabalhar nas obras do porto-cais, que veio substituir a necessidade do transbordo de passageiros e carga para barcos mais

pequenos, que os traziam a terra, enquanto o paquete ficava ancorado ao largo.

«Quando chegámos, a casa ainda não estava pronta, por isso ficámos na Pensão Miramar. Só depois é que mudámos para uma vivenda, enquadrada num conjunto de três, feitas pelo chefe da polícia e alugada pela empresa onde o meu marido trabalhava.» Quando chegou a hora do parto, foi só sair de casa e atravessar a rua. Mesmo em frente era o hospital, que tinha maternidade.

Com 18 anos, recém-casada, a viver numa terra estranha e grávida do primeiro filho, teve a sorte de conhecer pessoas que se tornaram na sua segunda família. «Adaptei-me e arranjei bons amigos. Vivia-se bem e saíamos muito. Bissau era tão bonita, com a rua principal ladeada de laranjeiras. Quando estavam em flor deixavam um cheiro maravilhoso.»

O seu primeiro filho fez um ano a bordo do navio *Ana Mafalda*, que os levou de volta à Metrópole, nesse Julho de 1951, em que cumpria a sua viagem inaugural. A comissão de trabalho do marido no porto de Bissau tinha terminado e era preciso aguardar que fosse chamado para outra obra. Nessa altura, esperavam já o segundo filho. «O Eduardo nasceu em Beja. Só quando tinha cinco meses é que regressámos a Luanda.» O marido já havia ido para o Lobito preparar a sua chegada. «Ali, na barragem do Biópio [hoje Presidente Craveiro Lopes], era tudo mato, mas fizeram casas para os empregados muito bem arranjadas. Estávamos a 60 quilómetros

do Lobito, onde íamos com facilidade sempre que era preciso comprar alguma coisa. E fazíamos recados umas às outras: "Se vais ao Lobito, compra-me linhas".»

Seguiram depois para o Caminho-de-Ferro de Benguela e, mais tarde, para Sá da Bandeira, onde ficaram três anos. Quando o marido começou a trabalhar para a Sorel , estabeleceram-se em Luanda. «Ali, passou a ser a base. Estava um mês na Diamang, depois voltava, ia outro mês à Jamba e regressava. Quando trabalhava nos caminhos-de-ferro, vinha a casa ao fim-de-semana e aproveitávamos para passear ou ir ao cinema.»

Maria Augusta esteve 13 anos sem vir a Portugal. Ao fim desse tempo, conseguiu uma viagem com o marido até à Metrópole. Foram três meses para o casal rever a família e pôr conversa em dia. Os filhos ficaram com uma tia que ajudara a criá-los, pois tinham escola. Regressaram e só voltou a Lisboa em 1975. Desta vez, pelas razões históricas conhecidas. Em 1976 estavam de novo em Angola. Viveram os dois anos seguintes em Sá da Bandeira.

«Foram tempos muito agradáveis, de grande convívio. Havia as Festas de Nossa Senhora do Monte, com a procissão e o arraial. Lembro-me de uma passagem de ano em que juntámos as mesas no pátio em frente de casa e todos os vizinhos estavam ali. Eram miúdos e graúdos, juntos a celebrar.» Durante o ano, passeava-se pelas terras dos arredores, em visitas a amigos, que retribuíam a atenção.

As fotografias agora espalhadas em cima da mesa comprovam as amizades, os piqueniques e as festas celebradas durante esses tempos, vividos sem muitas preocupações, que deixam imensas saudades. O regresso definitivo deu-se em 1978. «Nunca mais voltei, mas gostava de me despedir de Angola. Continua a estar no meu coração.»

CARLOS DIAS
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (1932-1976)

A rádio do meio do mundo

A sua vida dava um folhetim radiofónico. Daqueles que começou por ouvir na barbearia/livraria do pai e que, mais tarde, pôs no ar enquanto director da Emissora Nacional em São Tomé e Príncipe. Há mais de 30 anos que não vai àquelas ilhas da linha do Equador, mas garante que está lá «todos os dias».

Uma catana e um rádio. Era tudo o que bastava a um santomense para passar os dias empoleirado no topo das palmeiras a cortar andim e a apanhar cocos. Aquele pequeno aparelho tornou-se companhia inseparável na solidão das alturas e, com o mesmo altruísmo, ajudava também os trabalhadores cabo-verdianos (em maioria nas roças) a matar saudades de casa e os «colonos» portugueses a saber novidades do Império.

Cada um, à sua maneira, combatia assim a dura insularidade de São Tomé e Príncipe, ganhando a sensação de estar um pouco mais próximo do (seu) mundo.

Em Lisboa, a televisão já atraía multidões, mas nestas ilhas perdidas no Atlântico entre a linha do Equador era a Emissora Nacional que fazia a alegria do povo. Do lado de lá dos microfones estava «uma equipa de carolas que levava os discos de casa e tinha de se desenrascar com um equipamento artesanal». Carlos Dias exercia o cargo de director do Emissor Regional. Nascido em São Tomé, foi estudar para a Metrópole depois da quarta classe, em 1945, mas as saudades trouxeram-no de volta logo que terminou a instrução.

Começou por trabalhar na Curadoria-Geral dos Serviçais (gabinete que zelava pelos interesses dos «indígenas» angolanos e moçambicanos) e foi nomeado para administrador da ilha do Príncipe

em 1964, onde esteve três anos. «E se São Tomé era pequeno, então o Príncipe era minúsculo. Só havia ruas de terra batida e duas ou três famílias portuguesas, mas apaixonei-me por completo pelas pessoas e por aquela terra lindíssima», recorda, com emoção, aos 78 anos.

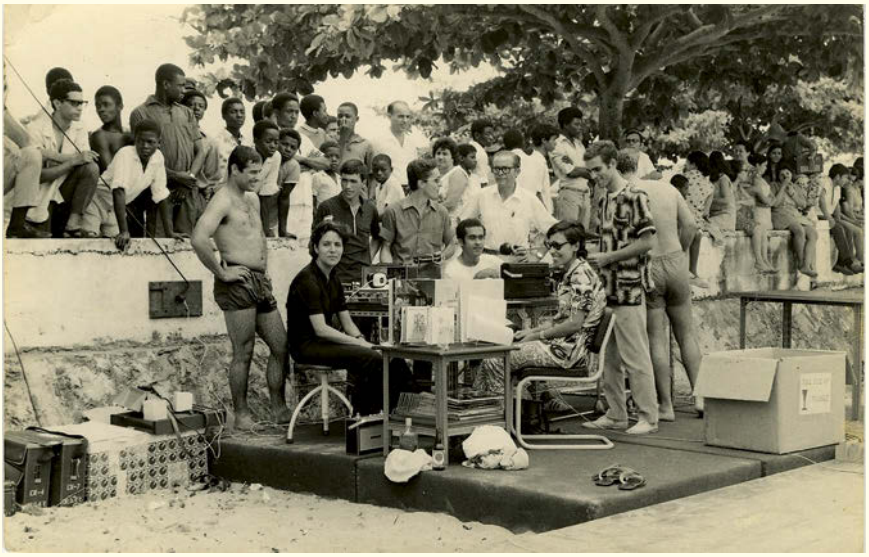
O grande desafio profissional de Carlos Dias foi, no entanto, o Emissor Regional de São Tomé, onde esteve quase uma década, incluindo um ano após a independência do país. Por sentir que «não tinha grande voz», preferia «andar à cata de notícias, reescrever as que chegavam de Lisboa e pensar em novos programas». «Era uma loucura com alguns, sobretudo os discos pedidos e os folhetins radiofónicos, mas também havia o desportivo *Repórter em Campo*, o *Música na Praia*, emitido em pleno areal, e, claro, os de ritmos santomenses ou cabo-verdianos.»

Na altura, só a hora transmitida em português pela Rádio de Brazzaville, do Congo, fazia concorrência. De lá, chegavam os ecos da resistência ao colonialismo, por isso, durante aqueles minutos, os inspectores da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) corriam as ruas à «caça» de quem sintonizava a estação inimiga.

Quase sempre indiferentes à política, as roças laboravam à força dos braços «imigrantes» (sobretudo cabo-verdianos), mas também ao som da Emissora Nacional. Carlos Dias lembra-se bem

que «a primeira coisa comprada pelos trabalhadores quando amealhavam algum dinheiro era precisamente um transístor, como se chamava aos rádios na altura». E assim, com 20 escudos de suor, as mornas, as coladeiras e o batuque podiam ganhar vida ali mesmo…

O pai de Carlos, João Pedro Dias, tinha a única barbearia/livraria de São Tomé, que era ao mesmo tempo agência de totobola, a primeira do Ultramar. Autêntica instituição pública da ilha, era conhecida por todos e até inspirou uma canção de sucesso do Conjunto Vitória. «A sorte tem a colheita/ Cada um tem a sua vez/ Na casa do Sr. João Pedro Dias/ É que saem mais prémios», dizia a letra da música «Totobola bua zugá», que em português significa: «É bom jogar totobola.» Os homens passavam os dias nesta casa a ler o jornal ou a conversar, sempre junto de uma mesa com pé-de-galo que se tornou, mais tarde, peça do Museu de São Tomé. Um deles era Mário Soares. Deportado para a ilha em 1968, escolheu a barbearia como local de paragem obrigatória. Foi lá, inclusive, que o ex-Presidente da República soube que Salazar tinha caído da cadeira, como lembrou décadas depois: «Eu estava na barbearia,



acompanhado como sempre por dois ou três pides, portugueses do continente, quando a Emissora Nacional deu a notícia. Sem conter a minha excitação, gritei: um hematoma cerebral num homem de 80 anos? Interrompi o corte de cabelo, saí imediatamente da loja e vim para a rua.»

Carlos Dias lembra-se bem desses tempos e acrescenta que o pai era, provavelmente, um dos poucos livreiros do Império a vender edições proibidas. «Ele importava-os do Brasil, e alguns livros até seguiam depois para Portugal. Mas curiosamente a PIDE nunca foi lá apreender nada.»